



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

PROCESSO Nº 48000.000387/2015-15

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, por intermédio do acesso à página do www.comprasnet.gov.br ou www.mme.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do **fax (061) 2032-5951** ou e-mail: licitacao@mme.gov.br.
Telefones: (61) 2032-5630 ; 2032-5554 ; 2032-5957.

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015-MME
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- 01 – DO OBJETO**
- 02 – DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**
- 03 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**
- 04 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 05 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 06 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 07 – DA HABILITAÇÃO**
- 08 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
- 09 – DOS RECURSOS**
- 10 – DA ASSINATURA DO CONTRATO**
- 11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 13 – DO FORO**

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

- I – TERMO DE REFERÊNCIA**
- II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**
- III – MODELO DE DECLARAÇÕES**
- IV – MODELO DO TERMO DE VISTORIA**
- V - MINUTA DE CONTRATO**



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

A União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.383/0001-53, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, mediante a Pregoeira **Raimunda Alves de Sousa Oliveira**, designada pela Portaria nº 17, de 16 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, autorizada no processo administrativo supra mencionado, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa/MP nº 2, de 17 de abril de 1998; Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

PROCESSO nº 48000.000387/2015-15

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA: 10/06/2015

HORÁRIO DE ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS: 10 HORAS

LOCAL: SÍTIO www.comprasnet.gov.br POR MEIO DO SISTEMA PREGÃO ELETRÔNICO.

Todos os horários estabelecidos no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o **horário oficial de Brasília – DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

I – DO OBJETO

Este Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, **por demanda**, destinados à **manutenção da Sinalização/Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia**, em Brasília/DF, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais consignados no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

II – DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

2.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico somente **as microempresas e empresas de pequeno porte que satisfaçam as disposições contidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006** previamente credenciadas junto ao Ministério do



Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão provedor do sistema e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

- 2.2** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica, com a descrição do objeto ofertado, com valores unitário e total, exclusivamente pelo sítio www.comprasnet.gov.br (*caput* do artigo 21 e seu parágrafo primeiro do Decreto nº 5.450/2005).
- 2.3** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- 2.3.1** suspensão de participar de licitação e impedida de contratar com o MME, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 2.3.2** declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 2.3.3** impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 2.3.4** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
 - 2.3.5** cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
 - 2.3.6** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
 - 2.3.7** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - 2.3.8** consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 2.3.9** cooperativa de mão-de-obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1** Os licitantes que queiram participar do Pregão na forma eletrônica deverão estar previamente credenciados junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão provedor do sistema (art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.2** O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.3** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasnet.gov.br. (§ 1º do artigo 3º do Decreto nº. 5.450/2005).
- 3.4** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do artigo 3º do Decreto n.º 5.450/2005).



- 3.5** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão provedor do sistema ou promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros, de acordo com o § 5º do artigo 3º do Decreto nº 5.450/2005.
- 3.5.1** A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.6** O licitante interessado em participar do Pregão, na forma eletrônica, será responsável formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha ainda que por terceiros, conforme inciso III do artigo 13 do Decreto n.º 5.450/2005.

IV – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1** A proposta de preços deverá ser enviada por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br e deverá atender às seguintes condições:
- 4.1.1** estar de acordo com as especificações detalhadas do objeto ofertado, em conformidade com os lances eventualmente ofertados;
- 4.1.2** compreender oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 4.2** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 4.3** Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 4.4** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante da melhor oferta deverá encaminhar a **documentação de habilitação** e a **proposta ajustada ao seu lance final** no prazo máximo de **03 (três) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, por **fax (0XX61)2032-5951** ou por *e-mail*: licitacao@mme.gov.br.
- 4.5** A proposta e a documentação remetidas via fax deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de **03 (três) dias**, ao **Ministério de Minas e Energia, à Coordenação de Licitações e Compras, na sala 446, Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília–DF, CEP 70.065-900**, devendo a proposta atender os requisitos exigidos nos subitens **4.1.1** e **4.1.2** e, ainda, as seguintes exigências:
- 4.5.1** Conter preço unitário e preço total dos valores ofertados, em algarismos e por extenso, já considerados todas as despesas tais como tributos diretos e indiretos, taxas, seguro, mão-de-obra, transporte e quaisquer outras incidentes direta ou indiretamente na prestação dos serviços do objeto licitado, de acordo com o modelo constante no **Anexo II** deste Edital;



- 4.5.1.1** Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerão os primeiros e entre o valor do algarismo e o expresso por extenso será levado em conta este último.
- 4.5.2** possuir prazo de validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da abertura deste Pregão Eletrônico.
- 4.5.3** informar Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, e o telefone e celular do representante da empresa.
- 4.5.4** conter informação expressa de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações do objeto da licitação, e que concorda integralmente com os termos deste Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos.
- 4.6** Os preços contidos na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos; quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.

V – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.3** O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema. (§ 3º do artigo 24 do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.4** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.5** Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.6** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.6.1** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.7** A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do pregoeiro, quando então, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



5.8 Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o(a) pregoeiro (a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

5.8.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.9 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme disposto no inciso IV do artigo 13 do Decreto nº 5.450/2005.

VI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Para julgamento será adotado o critério de **menor preço**.

6.1.1 o julgamento será realizado pelo **menor valor global**, sendo aceita somente duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas).

6.2 Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste Edital.

6.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

6.4 Não sendo aceitável a proposta, ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este Edital.

6.4.1 Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

6.6 Não serão considerados motivos para desclassificação simples omissões ou irregularidades formais nos documentos, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e atendimento da proposta e não firam os direitos dos demais participantes.

6.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar os seguintes documentos, para fins de comprovação de habilitação:



7.1.1 – Relativa à Habilitação Jurídica:

- 7.1.1.1** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 7.1.1.2** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente inscrito, em se tratando de sociedades empresárias e, quando for o caso, ata de eleição dos gestores;
- 7.1.1.3** Os documentos mencionados no subitem anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 7.1.1.4** Certidão de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da ata de eleição da diretoria em exercício; e
- 7.1.1.5** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, além dos documentos previstos no art. 15 do Decreto nº 5.450/2005.

7.1.2 – Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 7.1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- 7.1.2.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.1.2.3** A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos administrados pela SRF e à Dívida Ativa da União;
- 7.1.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 7.1.2.5** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:
 - 7.1.2.5.1** Certidão Negativa de Débito (CND), comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ou documento equivalente que comprove sua regularidade; e
 - 7.1.2.5.2** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, ou documento equivalente, que comprove sua regularidade.
- 7.1.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.



7.1.3 – Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- 7.1.3.1** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, que comprovem índices de Liquidez Geral-LG, Liquidez Corrente-LC, e Solvência Geral-SG superiores a um (> 1);
- 7.1.3.2** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- 7.1.3.3.** Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- 7.1.3.4** A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 7.1.3.5** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.
- 7.1.3.6** As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 7.1.3.7** Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art.192, Lei nº 11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução Patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica, nos últimos cinco anos, contados da publicação deste Edital.

7.1.4 – Relativa à Qualificação Técnica:

- 7.1.4.1** **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis e pertinentes, em **características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação, conforme especificações constantes no **Anexo I** deste Edital.



7.1.4.2 Declaração de Vistoria, conforme modelo constante no **Anexo IV**, datada e assinada pelo seu representante técnico, com identificação do cargo, de que vistoriou os locais onde serão executados os serviços e tomou conhecimento das condições necessárias ao cumprimento das suas obrigações.

7.1.4.2.1 A vistoria poderá ser efetuada no período compreendido entre a data da publicação do edital até o último dia útil anterior à data de abertura da licitação e deverá ser realizada por Representante Técnico da empresa interessada, acompanhada por servidor do MME.

7.1.4.2.2 A vistoria poderá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, **após leitura minuciosa do Edital (inclusive o Anexo I)**, pelo telefone nº (61) 2032-5558.

7.1.4.2.3 A licitante que optar por **não realizar** a vistoria deverá apresentar declaração de que não realizou a mesma, mas que tomou conhecimento do Edital e seus Anexos, e que não será motivo para eximir-se de realizar qualquer serviço ou fornecer material objeto desta contratação.

7.2 As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, **poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3**, estando todas **obrigadas**, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:

- a) **Declaração que inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o modelo do Anexo III deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
- b) **Declaração que não emprega menor** de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do Anexo III deste Edital;
- c) **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado**, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do Anexo III deste Edital.
- d) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o modelo do Anexo III deste Edital;
- e) **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos



estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do Anexo III deste Edital;

f) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;

- 7.3** Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial.
- 7.4** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.5** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.6** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará renúncia ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Item XI** deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.
- 7.7** Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão na inabilitação do licitante.
- 7.8** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com nº CNPJ e endereço respectivo:
- 7.8.1** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.8.2** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.8.3** não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.
- 7.9** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.
- 7.10** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme disposto no parágrafo quarto do artigo 25 do Decreto n.º 5.450/2005.



VIII – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 8.1** Conforme disposto no artigo 19 do Decreto nº 5.450/2005, qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: licitacao@mme.gov.br
- 8.2** As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal e não poderão ser consideradas como condições Editalícias.
- 8.3** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 5.450/2005.
- 8.3.1** Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais.
- 8.4** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, conforme parágrafo primeiro do artigo 18 do Decreto nº 5.450 /2005.
- 8.5** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, de acordo com o parágrafo segundo do artigo 18 do Decreto nº 5.450/2005 e observado o disposto no artigo 20 do mesmo Decreto.
- 8.6** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

IX – DOS RECURSOS

- 9.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões.
- 9.2** O prazo para apresentação das contrarrazões será também de 03 (três) dias a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.3** A não manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer implicará em preclusão do direito de recorrer e acarretará a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a) ao vencedor.
- 9.4** Qualquer recurso ou impugnação contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.5** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



- 9.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no 4º andar, Sala 448, do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília, Distrito Federal.

X – DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 10.1 Após a homologação da licitação a licitante vencedora será convocada por escrito para, no prazo de **03 (três) dias** a contar da convocação, assinar o Contrato.
- 10.1.1 O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, mediante justificativa devidamente fundamentada pela empresa e aceita pelo MME.
- 10.1.2 O não atendimento do prazo estabelecido acima implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no **Item XI** deste Edital.
- 10.2 A licitante vencedora deverá apresentar a comprovação da pessoa física, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.
- 10.3 A desistência do MME em contratar com a licitante melhor classificada, por anulação ou revogação do procedimento licitatório, não confere a esta o direito de indenização ou reembolso de qualquer espécie.
- 10.4 Antecedendo à contratação será realizada consulta "*on line*" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, relativamente à situação da empresa vencedora, devendo o seu resultado ser impresso e juntado aos autos do processo.
- 10.5 Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do Contrato ou a licitante convocada não assinar o Contrato, serão examinadas as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o MME negociar, diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, **na fase licitatória, a empresa participante** está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:
- a) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**
 - b) Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
 - c) Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;



- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
 - e) Não manter a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
 - f) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**
- 11.2** Da aplicação das sanções previstas neste Edital caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3** Para a empresa contratada, as sanções administrativas constam da minuta de Contrato, **Anexo V** deste Edital.
- 11.4** As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1** A prestação dos serviços deverá ser realizada rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no **Anexo I deste Edital** e de acordo com as demais condições estabelecidas, sendo que a inobservância destas condições implicará em recusa formal, estando sujeita a licitante vencedora às penalidades da lei vigente.
- 12.2** É facultado ao MME, quando a licitante vencedora não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.
- 12.3** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 12.4** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MME não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.5** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 12.6** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 12.7** A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado para a prestação dos serviços contratados.
- 12.8** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido anteriormente desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 12.9** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no MME.
- 12.10** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento



do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Eletrônico.

- 12.11** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro cumprimento das obrigações assumidas.
- 12.12** A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 12.13** Para as demais condições desta contratação observar-se-ão as disposições constantes do Termo de Referência, deste Edital e de seus Anexos.
- 12.14** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, do decreto nº 3.931/2011 e do Decreto nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 12.15** Ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 12.16** O MME poderá adiar a data de abertura das propostas deste Pregão Eletrônico, dando conhecimento aos interessados, mediante publicação no Diário Oficial da União e no seu próprio sítio www.mme.gov.br com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.
- 12.17** A participação neste Pregão Eletrônico implicará aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seus Anexos, bem como, na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

XIII – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília-DF, 28 de maio de 2015.

Raimunda Alves de Sousa Oliveira
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, destinados à manutenção da Sinalização/Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, para o exercício de 2015, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A manutenção da programação/sinalização visual dos ambientes/locais internos do edifício que abriga o Ministério de Minas e Energia, tem se mostrado necessária pelo fato de manter constantemente atualizadas as informações que permitem aos servidores e visitantes a localização rápida e devida das salas e locais de serviços.

2.2 Facilita e promove agilidade na circulação de pessoas que não convivem neste edifício-sede, desde a recepção até o seu destino.

2.3 Devido às constantes mudanças de leiautes que ocorrem para adequação dos espaços de trabalhos nas Secretarias e demais Unidades deste Ministério, necessário se faz a atualização das identificações da numeração das salas.

3. DO PROJETO VISUAL DO MME

3.1 O Projeto de Sinalização/Programação Visual do MME está baseado na relação entre as fachadas (leste e oeste) do prédio e o corredor. Assim, são utilizados os módulos das esquadrias das fachadas em grupo de dois como unidade, ou seja, a cada dois módulos de esquadrias das fachadas corresponderá um número definitivo para cada porta, independente de quaisquer mudanças futuras de "Layout". Assim, no caso de duas portas pertencerem, em algum momento a um mesmo módulo, uma delas receberá o número oficial do módulo e a outra porta excedente receberá o mesmo número acrescido de um "A". Por exemplo: 200 e 200-A. Desta forma fica mantida a relação módulo/porta do corredor.

3.2 Outras áreas como: banheiros, copas, instalação elétrica, hidráulica, hidrante, estão sinalizadas por meio de Pictogramas.

3.3 A sinalização do prédio é constituída de sistema de placas de base em perfil de alumínio, com régua removíveis em alumínio (frente e verso), pintura automotiva na cor cinza, acabamento lateral arredondado em alumínio na cor preta, travamento sobre pressão. As letras e os números são do tipo Times New Roman na cor conforme o modelo existente.



3.4 Nas portas de vidro temperado a indicação de área restrita empurre/puxe etc., são constituídas de adesivos em vinil na cor prata com textos também em vinil, recortados, na cor azul marinho conforme modelo existente.

3.5 Em situações específicas, como é o caso da CGRH, 1º andar, é utilizado totens conforme as características do item 12 do quadro de Especificações Técnicas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUANT
01	Fornecimento de Placas de porta 50 mm x 381 mm	Un	25
02	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 50 mm x 381 mm para portas.	Un	80
03	Fornecimento de Placas de porta 100 mm x 381 mm	Un	05
04	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 100 mm x 381 mm.	Un	05
05	Fornecimento de Pictogramas (150 mm x 150 mm)	Un	15
06	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 150 mm x 150 mm.	Un	15
07	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 1540 mm x 1050 mm no quadro geral do térreo.	Un	10
08	Fornecimento de Quadros Indicativo (770 mm x 1050 mm).	Un	01
09	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 770 mm x 1050 mm no quadro indicativo no andar.	Un	50
10	Fornecimento de Placa com tamanho especial (200 mm x 600 mm).	Un	05
11	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 200 mm x 600 mm.	Un	05
12	Totem em chapa de aço pintada com tinta automotiva, méd. 1600x600mm, com placa de alumínio tipo sistema modular sobreposta méd. 80x70cm, textos em vinil adesivo recortado.	Un	01
13	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de alumínio do sistema modular sobreposta méd.80x70cm nos totens de 1600x600mm	Un	01
14	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 200 x 50 mm.	Un	50
15	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 800 mm x 200 mm.	Un	10
16	Fornecimento de placa de sinalização, orientação e salvamento fotoluminescente, na cor verde ou solicitada, tamanho 250mm x 180mm, conforme NBR 13434.	Un	50
17	Fornecimento de display em acrílico, sem fundo para folder tamanho A4, medindo 300 mm x 210 mm x 3 mm para parede, na cor cristal	Un	50
18	Fornecimento de display triangular para mesa em acrílico, medindo 250 mm x 90 mm x 3 mm , nas cor cristal ou cinza	Un	25

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.



- 5.1 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao constante deste Termo de Referência.
- 5.2 Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 4.2 – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 5.3 Que os produtos sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 5.4 Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

6.1 Da pesquisa de preços para a Estimativa de Custos

A pesquisa de preços para compor a Estimativa de Custos do objeto, foi realizada de conformidade com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de Agosto de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, especialmente se fazendo uso do CADERNO DE LOGÍSTICA PARA PESQUISA DE PREÇOS, publicado no Portal www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet, que é um guia orientativo que contém os procedimentos administrativos básicos na realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, de acordo com a legislação citada, disposto segundo a seguinte hierarquia:

- I - Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br;
- II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
- III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- IV - pesquisa com os fornecedores.

6.2 O valor anual estimado para esta contratação e de **R\$ 30.100,15 (trinta mil cem reais e quinze centavos)**

6.3 O preço proposto é fixo e irrevogável, na vigência do **contrato de 1(um) ano**.



7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1** Os serviços serão executados nas dependências do MME, Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília-DF.
- 7.2** Preferencialmente os serviços serão realizados em horário normal de trabalho do MME. Porém eventualmente, poderão ser executados fora desse horário em períodos noturnos ou em finais de semana, conforme as necessidades deste Ministério.
- 7.3** A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, mediante solicitações do Contratante e por meio de Ordens de Serviço, a serem demandadas pelo Fiscal do Contrato.

8. DA VISTORIA

- 8.1** A vistoria ao local dos serviços pelos interessados é recomendável e objetiva dirimir possíveis dúvidas porventura encontradas do Termo de Referência e também subsidiar na elaboração da proposta.
- 8.2** A vistoria poderá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, pelo fone (061) 2032-5558 e será acompanhada por profissional da Coordenação de Atividades Gerais – COAGE/CGRL, que atestará Declaração de Vistoria.
- 8.3** A Licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração de que não realizou a mesma, mas que tomou conhecimento do Edital e seus Anexos, e que não será motivo para eximir-se de realizar qualquer serviço ou fornecer material objeto desta contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, conforme solicitado neste Termo de Referência.
- b) Fornecer os textos da Sinalização/Programação devidamente corrigidos.
- c) Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- d) Efetuar os devidos pagamentos nas condições estabelecidas pelo contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”.



- b)** Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME.
- c)** Sinalizar e/ou isolar convenientemente o local sob intervenção objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores do MME ou a terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela Legislação vigente.
- d)** Dar integral cumprimento ao presente Termo de Referência, à legislação vigente, às normas pertinentes, à sua proposta, bem como, as orientações do próprio Ministério.
- e)** Refazer os serviços rejeitados pela Fiscalização, devido ao uso de materiais que não sejam os especificados e/ou qualificados como não sendo de primeira qualidade, ou considerados como mal executados, com mão-de-obra devidamente qualificada e com a celeridade necessária para que não seja prejudicado o Ministério.
- f)** Executar fielmente os serviços programados nos projetos, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização.
- g)** Responsabilizar-se pela alimentação de seus funcionários que estiverem prestando serviços a este Ministério, preferencialmente, por meio de fornecimento de ticket/vale refeição.
- h)** Manter, no local dos serviços, os funcionários da empresa portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) requeridos na execução das atividades, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc..
- i)** Apresentar seus funcionários devidamente uniformizados, com a identificação da empresa e crachá de identificação pessoal.
- j)** É vedada a subempreitada global ou parcial dos serviços.
- k)** Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do MME, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução dos serviços contratados.
- l)** Responsabilizar-se pelo fornecimento dos materiais, mão de obra, encargos sociais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, administração, seguros, etc., necessários à execução dos serviços.
- m)** Executar os trabalhos por mão-de-obra especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, correspondente a cada etapa dos serviços constantes deste Termo de Referência.



- n) Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança, com qualidade.
- o) Recrutar os funcionários necessários à execução dos serviços em seu nome, arcando com todos os encargos decorrentes da contratação, inclusive transporte e alimentação.
- p) Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o MME, devendo, para tanto programar seus serviços junto com a Fiscalização.
- q) Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

Os serviços objetos deste TR serão executados conforme a necessidade do Órgão, por demanda, por meio de uma Ordem de Serviço a ser emitida pelo Fiscal do Contrato, sendo que os quantitativos estimados poderão ser totalmente ou não solicitados no período da vigência contratual de um ano.

12. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Os serviços deverão ser iniciados em até 03(três) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

12.2 A Ordem de Serviço deverá ser executada em até **48(quarenta e oito)** horas a partir do recebimento pela Contratada, o prazo máximo de 48 horas poderá ser dilatado por acordo entre as partes desde que não cause prejuízo ao Contratante, devendo constar na Ordem de Serviço.

13. GARANTIA

A Contratada deverá dar garantia dos serviços executados e dos materiais fornecidos, por Ordem de Serviço, em condições normais de uso, por um período mínimo de **90(noventa) dias**, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.

14. DA FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços contratados será acompanhada e fiscalizada pelo Contratante mediante um Fiscal de Contrato especialmente designado nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.



15. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente às Ordens de Serviços efetivamente executadas e recebidas no período, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, mediante ordem bancária a ser creditada na conta da Contratada, num prazo de até 30 (trinta) dias.

16. DAS PENALIDADES

O não cumprimento na totalidade ou parcialidade dos itens deste Termo de Referência poderá sujeitar à empresa as penalidades previstas na Lei 8.666/93.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os interessados deverão apresentar ATESTADOS(S) DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em seu nome, onde comprove ter executado serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste TR.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Para efeito deste Termo de Referência, o termo Contratante e a sigla MME significam Ministério de Minas e Energia, que contratará os serviços objeto da presente licitação; o termo Contratada define a proponente vencedora do certame licitatório a quem será adjudicada os serviços, e o termo Fiscalização define o servidor, preposto ou a equipe que representará o Contratante perante a Contratada e a quem esta última deverá se reportar;

18.2 Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos junto a Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, situada no 1º andar ala norte - Bloco "U", Esplanada dos Ministérios - MME, na pessoa do servidor Dimas Figueiredo Nobrega pelos telefones 2032-5558 e ou fax nº 2032-5512, em Brasília DF.

18.3 Os quantitativos apresentados neste Termo de Referência são aproximados, com base em exercícios anteriores e com projeções de utilização no transcorrer do ano, podendo ser totalmente executados ou não, a depender de demanda.

19. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de Placas de porta 50 mm x 381 mm	Un	25	28,87	721,75
2	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 50 mm x 381 mm para portas.	Un	80	21,02	1.681,60
3	Fornecimento de Placas de porta 100 mm x	Un	5	47,40	237,00



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	381 mm				
4	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 100 mm x 381 mm.	Un	5	32,18	160,90
5	Fornecimento de Pictogramas (150 mm x 150 mm)	Un	15	34,91	523,65
6	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 150 mm x 150 mm.	Un	15	26,32	394,80
7	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 1540 mm x 1050 mm no quadro geral do térreo.	Un	10	412,44	4.124,40
8	Fornecimento de Quadros Indicativo (770 mm x 1050 mm).	Un	1	446,76	446,76
9	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas régua das placas de 770 mm x 1050 mm no quadro indicativo no andar.	Un	50	208,32	10.416,00
10	Fornecimento de Placa com tamanho especial (200 mm x 600 mm).	Un	5	174,62	873,10
11	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 200 mm x 600 mm.	Un	5	75,58	377,90
12	Totem em chapa de aço pintada com tinta automotiva, méd. 1600x600mm, com placa de alumínio tipo sistema modular sobreposta méd. 80x70cm, textos em vinil adesivo recortado.	Un	1	2.991,02	2.991,02
13	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de alumínio do sistema modular sobreposta méd.80x70cm nos totens de 1600x600mm	Un	1	191,12	191,12
14	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 200 x 50 mm.	Un	50	26,80	1.340,00
15	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 800 mm x 200 mm.	Un	10	52,79	527,90
16	Fornecimento de placa de sinalização, orientação e salvamento fotoluminescente, na cor verde ou solicitada, tamanho 250mm x 180mm, conforme NBR 13434.	Un	50	41,54	2.077,00
17	Fornecimento de display em acrílico, sem fundo para folder tamanho A4, medindo 300 mm x 210 mm x 3 mm para parede, na cor cristal	Un	50	44,16	2.208,00
18	Fornecimento de display triangular para mesa em acrílico, medindo 250 mm x 90 mm x 3 mm, nas cor cristal ou cinza	Un	25	32,29	807,25
PREÇO GLOBAL					30.100,15



ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da licitante)

À Comissão Permanente de Licitação
Ministério de Minas e Energia - MME
Brasília - DF
REF: **Pregão Eletrônico Nº 13/2015-MME**

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa Proposta de Preços para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, **por demanda**, destinados à **manutenção da Sinalização/ Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia**, em Brasília/DF, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais consignados no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

(A proposta deverá ser apresentada de acordo com a planilha e condições abaixo descritas:)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Fornecimento de Placas de porta 50 mm x 381 mm	Un	25		
2	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 50 mm x 381 mm para portas.	Un	80		
3	Fornecimento de Placas de porta 100 mm x 381 mm	Un	5		
4	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 100 mm x 381 mm.	Un	5		
5	Fornecimento de Pictogramas (150 mm x 150 mm)	Un	15		
6	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 150 mm x 150 mm.	Un	15		
7	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 1540 mm x 1050 mm no quadro geral do térreo.	Un	10		
8	Fornecimento de Quadros Indicativo (770 mm x 1050 mm).	Un	1		
9	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 770 mm x 1050 mm no quadro indicativo no andar.	Un	50		
10	Fornecimento de Placa com tamanho especial (200 mm x 600 mm).	Un	5		
11	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 200 mm x 600 mm.	Un	5		
12	Totem em chapa de aço pintada com tinta automotiva, méd. 1600x600mm, com placa de alumínio tipo sistema modular sobreposta méd. 80x70cm, textos em vinil adesivo recortado.	Un	1		
13	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de alumínio do sistema modular sobreposta méd.80x70cm nos totens de 1600x600mm	Un	1		



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	PREÇO TOTAL
14	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 200 x 50 mm.	Un	50		
15	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 800 mm x 200 mm.	Un	10		
16	Fornecimento de placa de sinalização, orientação e salvamento fotoluminescente, na cor verde ou solicitada, tamanho 250mm x 180mm, conforme NBR 13434.	Un	50		
17	Fornecimento de display em acrílico, sem fundo para folder tamanho A4, medindo 300 mm x 210 mm x 3 mm para parede, na cor cristal	Un	50		
18	Fornecimento de display triangular para mesa em acrílico, medindo 250 mm x 90 mm x 3 mm, nas cor cristal ou cinza	Un	25		
PREÇO GLOBAL					

(*) VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu envio ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da execução dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel/Fax: _____

e-mail: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____



Dados do Representante Legal da Empresa :

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart.Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Brasília, de de 2015

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato.



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

_____(Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação** no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

DECLARAÇÃO

_____(Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA, que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

Declaração

_____(Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados **que executam trabalho degradante ou forçado**, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)



DECLARAÇÃO

ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da licitante)** doravante denominado Licitante, para fins do disposto no subitem 7.2 do Edital de **Pregão Eletrônico nº 13/2015**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **(identificação da licitação)** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de 2015.

(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)



DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015-MME
Processo nº 48000.000387/2015-15**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que **não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos legais** para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal, com identificação completa



ANEXO IV MODELO DO TERMO DE VISTORIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, **por demanda**, destinados à **manutenção da Sinalização/Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia**, em Brasília/DF, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais consignados no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

A Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, por intermédio do servidor abaixo identificado, declara que a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo(a) senhor(a), Carteira de Identidade nº, procedeu vistoria o local e de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta.

Brasília/DF, de.....de 2015

.....
Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

.....
Representante da licitante



ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

Processo nº 48000.000387/2015-15

CONTRATO N.º/2015-MME

CONTRATO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO/PROGRAMAÇÃO VISUAL, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA _____.

A **União**, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, inscrito no CNPJ sob n.º 37.115.383/0001-53, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, cidade de Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900 neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **Marcelo Cruz**, portador da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, com fundamento no Artigo 42, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovada pela Portaria SE/MME nº 89, de 27/02/2014, publicada no diário Oficial da União de 28/02/2014, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida nana cidade, aqui representada por(cargo), portador da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado e celebram o presente **Contrato de Prestação de Serviços**, que tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo supra mencionado, **Pregão Eletrônico nº 13/2015**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa/IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, destinados à **manutenção da Sinalização/Programação Visual interna dos ambientes do Ministério de Minas e Energia**, em Brasília/DF, compreendendo o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados, de acordo com



as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais consignados no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

Subcláusula Única – São partes integrantes deste Instrumento como se nele transcrito:

- a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 13/2015– MME** e Anexos, independente de sua transcrição;
- b) Proposta da Contratada, datada de ____/____/_____, com os documentos que a compõem;
- c) Correspondências trocadas entre a Contratante e a Contratada sobre o objeto da licitação, bem como os demais elementos e instruções contidas no processo licitatório em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados nas dependências do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia - em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios Bloco “U”, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

Subcláusula Primeira - Preferencialmente, os serviços serão realizados em horário normal de trabalho do MME, de 08h00 às 18h00, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira. Porém, eventualmente, poderão ser executados fora desse horário, em períodos noturnos ou em finais de semana, conforme as necessidades do Ministério.

Subcláusula Segunda - A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, mediante solicitações do Contratante, e por meio de **Ordens de Serviço (OS)**, a serem emitidas e demandadas pelo Fiscal do Contrato.

Subcláusula Terceira – O prazo para início dos serviços será de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato, e cada Ordem de Serviço deverá ser executada em até **48 (quarenta e oito) horas**, a partir do seu recebimento, por *e-mail* ou *fax*.

Subcláusula Quarta - Os prazos da subcláusula anterior poderão ser prorrogados, uma única vez e por igual período, mediante justificativa devidamente fundamentada e comprovada pela Contratada, por escrito, e aceita pela Administração.

Subcláusula Quinta - A Contratada deverá conceder **garantia** dos serviços executados e dos materiais fornecidos, por Ordem de Serviço, em condições normais de uso, por um período mínimo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Contrato serão recebidos nos seguintes termos:

- a) **Provisoriamente**, pelo Fiscal do Contrato, legalmente nomeado, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, após a comunicação formal por parte da Contratada.
- b) **Definitivamente** - o objeto será recebido definitivamente, pelo Fiscal do Contrato, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, após ter sido feitas, se for o caso, as correções ou pendências observadas e a adequação do objeto aos termos contratuais.

Subcláusula Primeira - Os serviços serão considerados como recebidos, após instalados, e somente após a verificação das características e qualidade dos materiais, conforme Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência, **Anexo I do Edital**.



Subcláusula Segunda - A Contratada obriga-se a executar o objeto deste Contrato de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência, **Anexo I do Edital**, sendo de sua inteira responsabilidade quando constatado pela Contratante, no seu recebimento, não estar em conformidade com as referidas especificações.

Subcláusula Terceira - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, conforme previsto no Item 5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e ainda.

Subcláusula Primeira - Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente.

Subcláusula Segunda - Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora.

Subcláusula Terceira - Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

Subcláusula Quarta – Utilizar na execução dos serviços, produtos e equipamentos elétricos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética, preferencialmente aqueles com o Selo PROCEL e certificados pelo INMETRO, de acordo com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Subcláusula Quinta – Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações específicas da **Contratada, em complemento àquelas enumeradas no Item 10 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital** sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos **serviços e materiais** nele previstos:

- a) Cumprir integralmente o Termo de Referência, **Anexo I** do Edital, à legislação vigente, às normas pertinentes, à sua proposta, os critérios de sustentabilidade ambiental, bem como, as orientações do Contratante;



- b) Programar junto com a Fiscalização todos os trabalhos que afetem as atividades do Contratante ou que possam prejudicar os andamentos dos seus trabalhos normais, sendo que em alguns casos, só poderão ser realizados em horários noturnos ou finais de semana;
- c) Resguardar e proteger convenientemente os locais sob intervenção, inclusive os equipamentos próximos com lona plástica e ou outros dispositivos de proteção. Esses locais deverão ter sinalização de segurança através de placas, cartazes, cones, fitas zebreadas, etc.;
- d) Apresentar seus funcionários devidamente uniformizados, com a identificação da empresa e crachá de identificação pessoal;
- e) É vedada a subempreitada global ou parcial dos serviços;
- f) Comunicar ao Contratante, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço;
- g) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante, em complemento àquelas enumeradas no **Item 9 do Termo de Referência – Anexo I** deste Edital:

- a) Assegurar o acesso dos empregados da empresa, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar as tarefas;
- b) Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- c) Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital e neste Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
- d) Não interferir na contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- e) Fiscalizar os termos da Súmula Vinculante N°13 do STF, que trata do Nepotismo na contratação de empregados no Serviço Público, a serem alocados ao Ministério;
- f) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto contratado, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, nas demais legislações em vigor, e neste Contrato;
- g) Efetuar os pagamentos na forma estabelecida neste Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR LEGAL DO CONTRATO

Este Contrato tem o valor global estimado de R\$_____ (_____), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 13/2015, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:



Item	ESPECIFICAÇÕES	UN	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Fornecimento de Placas de porta 50 mm x 381 mm	Un	50		
02	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 50 mm x 381 mm para portas.	Un	150		
03	Fornecimento de Placas de porta 100 mm x 381 mm	Un	10		
04	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 100 mm x 381 mm.	Un	10		
05	Fornecimento de Pictogramas (150 mm x 150 mm)	Un	30		
06	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 150 mm x 150 mm.	Un	30		
07	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 1540 mm x 1050 mm no quadro geral do térreo.	Un	15		
08	Fornecimento de Quadros Indicativo (770 mm x 1050 mm).	Un	02		
09	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas réguas das placas de 770 mm x 1050 mm no quadro indicativo no andar.	Un	100		
10	Fornecimento de Placa com tamanho especial (200 mm x 600 mm).	Un	05		
11	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de 200 mm x 600 mm.	Un	05		
12	Totem em chapa de aço pintada com tinta automotiva, méd. 1600x600mm, com placa de alumínio tipo sistema modular sobreposta méd. 80x70cm, textos em vinil adesivo recortado.	Un	01		
13	Substituição de legenda com possível remanejamento e pintura nas placas de alumínio do sistema modular sobreposta méd.80x70cm nos totens de 1600x600mm	Un	01		
14	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 200 x 50 mm.	Un	100		
15	Confecção de adesivo em vinil cor prata, com textos também em vinil cor azul marinho de 800 mm x 200 mm.	Un	10		
16	Fornecimento de placa de sinalização, orientação e salvamento fotoluminescente, na cor verde ou solicitada, tamanho 250mm x 180mm, conforme NBR 13434.	Un	100		
17	Fornecimento de display em acrílico, sem fundo para folder tamanho A4, medindo 300 mm x 210 mm x 3 mm para parede, na cor cristal	Un	100		
18	Fornecimento de display triangular para mesa em acrílico, medindo 250mm x 90mm x 3mm, nas cores cristal ou cinza.	Un	50		
VALOR GLOBAL					

Subcláusula Única – Nos preços acima estabelecidos estão compreendidos a execução dos serviços com o fornecimento de materiais objeto deste Contrato, incluindo as despesas com leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da Contratada, a título de revisão de preço ou reembolso.



CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO

O objeto desta contratação será faturado para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sala 450, Brasília/DF, CEP 70.065-900, CNPJ 37.115.383/0005-87.

Subcláusula Única – O nº do CNPJ constante no documento de cobrança deverá ser o mesmo constante na Nota de Empenho, sendo que nesta constará o número do CNPJ participante da licitação e informado na proposta comercial.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, exercício de 2015, ao encargo do Ministério de Minas e Energia, na seguinte classificação: Programa de Trabalho 25.122.2119.2000.0001, PTRES: 065342 e Natureza de Despesa: 33.90.39.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E REVISÃO DOS PREÇOS

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. O Contratante, quando fonte retentora descontará, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, recolhendo-os nos respectivos prazos legais.

Subcláusula Primeira – Na apresentação da proposta deverá ser levado em conta, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre os serviços e materiais não cabendo qualquer reivindicação resultante de erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Subcláusula Segunda – Uma vez apurado, no curso da contratação, que a empresa vencedora acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre a prestação dos serviços e materiais, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e reembolso ao Contratante dos valores porventura pagos à Contratada, atualizados monetariamente.

Subcláusula Terceira – Se, no decorrer do prazo de vigência do Contrato até o pagamento ocorrer qualquer dos seguintes eventos: criação de novos tributos; extinção de tributos existentes; alteração de alíquotas; instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre ao Contratante.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização e o acompanhamento dos serviços objeto do Contrato serão exercidos por servidor do Contratante, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do Contratante, devendo a Contratada franquear-lhe livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como aos registros e informações sobre o objeto do Contrato e de acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A Fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades na execução do objeto, resultantes de utilização de material inadequado ou de qualidade inferior, ou que não atendem as especificações do Edital e seus Anexos, não implicando co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70, da Lei nº 8.666/93).

Subcláusula Segunda – A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.

Subcláusula Terceira – A responsabilidade da Contratada pelos serviços não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da Fiscalização do Contratante.

Subcláusula Quarta – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada da total responsabilização pela má execução dos serviços contratados.

Subcláusula Quinta – Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a Fiscalização do Contratante:

- a) determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
- b) sustar qualquer serviço que esteja sendo realizado em desacordo com as especificações técnicas ou do Contrato, ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante ou de terceiros.

Subcláusula Sexta – A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

Subcláusula Sétima – O Fiscal do Contrato deverá exigir o cumprimento de todos os itens constantes das Cláusulas Contratuais e da Proposta da Contratada.

Subcláusula Oitava – A Contratada deverá prestar os serviços descritos no Termo de Referência e Anexos, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

Subcláusula Nona – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas por escrito ao Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do Contratante, em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

Subcláusula Décima – A Contratada indicará um representante para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O período de vigência contratual para a prestação dos serviços será de **12 (doze) meses** a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante medição dos serviços efetivamente fornecidos, executados e concluídos, no prazo de até **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos materiais e serviços correspondentes ao somatório dos valores das Ordens de Serviço (OS), a contar do recebimento definitivo dos mesmos, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.

Subcláusula Primeira - No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova fatura correta. Para efeito da contagem do prazo de pagamento, a fatura será considerada aprovada se não for impugnada, por escrito, até o 5º (quinto) dia útil da sua apresentação.

Subcláusula Segunda - A Nota Fiscal apresentada para pagamento deverá ser emitida com o mesmo número do CNPJ participante da licitação e da Nota de Empenho.

Subcláusula Terceira - Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária, na conta corrente da Contratada sob o nº , da agência , Banco , contra apresentação da Nota Fiscal emitida pela Licitante Contratada, devidamente atestada pelo Setor competente do Contratante.

Subcláusula Quarta - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá estar regularizada junto a Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e as Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, cuja situação será confirmada mediante consulta *on line* no SICAF, e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

Subcláusula Quinta - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência contratual.

Subcláusula Sexta - A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes do Contrato a ser assinado, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e rescisão contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será adotada para o expurgo a variação do IGP/DI no mês de apresentação da proposta, pro rata relativamente ao prazo para pagamento, conforme dispõe o art. 6º do Decreto n.º 1.110/94.

Subcláusula Oitava - Dos pagamentos devidos à Contratada, o Contratante descontará:

- a) a importância das multas porventura aplicadas em função do atraso no fornecimento dos materiais e execução dos serviços;



- b) quaisquer outros débitos da Contratada para com o Contratante, independentemente de origem ou natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Na inexecução parcial ou total de qualquer das obrigações assumidas pela Contratada, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) Multa moratória de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total deste Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
- c) Multa diária de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor do(s) Item(ns) da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução dos serviços, de acordo com a(s) Ordem(ns) de Serviço(s) até o limite de 30 (trinta) dias;
- d) Multa diária de **2%** (dois por cento) sobre o valor total deste Contrato no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
- e) Multa compensatória de **10%** (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorridos os prazos das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;
- g) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos seguintes prazos:
- g1) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**
- g2) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato: **até 1 ano;**
- g3) Não manter a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
- g4) Falhar ou fraudar na execução deste Contrato: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**
- g5) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

Subcláusula Primeira - O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado(s) do pagamento devido à Contratada ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de **até 5 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.



Subcláusula Segunda - As sanções administrativas previstas no Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa.

Subcláusula Terceira - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que repetir-se o motivo, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado da Nota Fiscal / Fatura dos serviços executados, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

Subcláusula Quarta - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito à Contratada após o regular processo administrativo.

Subcláusula Quinta - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Contratante.

Subcláusula Sexta - O prazo para apresentação de recurso das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

Subcláusula Sétima - As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da execução das obrigações assumidas dentro da regularidade e prazos exigidos;
- d) o atraso injustificado no início da execução contratual;
- e) a paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- f) a subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem o serviço objeto deste Contrato.
- g) o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assim como às de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na execução das obrigações assumidas, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que prejudique a execução deste Contrato;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;



- m)** a supressão, por parte do Contratante, dos serviços contratados, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem prévio acordo entre as partes;
- n)** a suspensão do atendimento, por ordem escrita do Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o)** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes dos serviços ou parcelas deste já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p)** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.
- q)** descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Subcláusula Primeira— Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Segunda — A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a)** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens “a” a “l” e “p” desta Cláusula;
- b)** amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante;
- c)** Judicial, nos termos da legislação.

Subcláusula Terceira – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Subcláusula Quarta – Quando a rescisão ocorrer com base nos itens “l” a “p” desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento licitado até a data da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77, da Lei federal nº 8.666/93.

Subcláusula Única – A rescisão poderá se dar a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial da União, nos termos do Art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

Eventuais correspondências expedidas pelas partes contratantes deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

Subcláusula Primeira – As comunicações feitas ao Contratante; deverão ser endereçadas à Coordenação-Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 2032.5404, Fax (61) 2032.5951.

Subcláusula Segunda – As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas à _____, situada _____, Cidade/Estado, CEP: _____, Telefone: _____, Fax: _____.

Subcláusula Terceira – Eventuais mudanças de endereço ou telefone devem ser informadas por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste Instrumento, os contratantes citados firmam este Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Brasília, de de 2015.

Pela CONTRATANTE:

MARCELO CRUZ

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério de Minas e Energia

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF: